

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS

**Entre a vida e a ordem:
um olhar sobre a crise da democracia brasileira a partir das revoltas
contemporâneas**

Trabalho preparado para
apresentação no IX Seminário
Discente de Pós-Graduação em
Ciência Política da USP, de 6 a 10 de
maio de 2019

Caetano Patta

Departamento de Ciência Política

FFLCH/USP

São Paulo

2019

Entre a vida e a ordem: um olhar sobre a crise da democracia brasileira a partir das revoltas contemporâneas

Resumo:

O texto discute como as condições cotidianas de vida no contexto do neoliberalismo contemporâneo esvaziam as bases de sustentação da democracia liberal e os expedientes de legitimação da ordem ancorados na representação, ao mesmo tempo em que engendram novos fazeres políticos nas margens do Estado e das instituições. Assumindo a perspectiva de fenômenos políticos que se situam nas fronteiras da ordem e enunciam sua crise – desde redes de ação e apoio até revoltas –, o trabalho se propõe a sugerir e discutir algumas hipóteses a respeito das potencialidades democráticas e autoritárias inscritas no presente momento. O enquadramento da reflexão é a crise brasileira que se desenrola desde 2013: múltiplas polarizações políticas e sociais sobrepostas, engajamento, mobilização e conflito nas ruas, nas redes e nos canais institucionais, e desestruturação do consenso e incerteza a respeito da resiliência da ordem estabelecida. Assumindo a perspectiva de expressões políticas como as ocupações de escolas públicas promovidas por estudantes secundaristas (2015 e 2016) e a greve nacional dos caminhoneiros (2018), questiona-se o que estes fenômenos políticos efetivamente produzem estando à margem do Estado e da representação; seu caráter destituente e constituinte e, ao mesmo tempo, como eles se articulam com outras agências políticas no contexto da crise. Assumindo uma concepção do político que excede o Estado e a institucionalidade liberal, o trabalho se propõe a identificar pistas de processos de abertura e de fechamento da democracia, da ordem e da crise.

Introdução

Ao longo dos últimos anos, a ideia de crise passou a colecionar qualificações no Brasil: institucional, política, moral, econômica, social, democrática. Em junho de 2013, protestos multitudinários e heterogêneos nas ruas – e a correspondente hiperatividade nas redes sociais – abriam um longo processo de desestruturação de padrões de conciliação e legitimação dos processos políticos (institucionais ou não) até então estabilizados e aparentemente consolidados¹. De imediato, a medida da desagregação destes padrões foi o desgaste dos mandatários e uma proliferação de experiências heterogêneas de ativismo político, contestação e discursos, distribuídos por todo o espectro ideológico. Um primeiro conjunto de leituras a respeito de junho de 2013 apontava justamente para um deslocamento do poder de formação de agenda e da legitimidade de falar em nome de amplos setores da sociedade, que passava dos espaços institucionais para a “sociedade”, estabelecendo uma oposição vertical e um descompasso entre as “pessoas comuns” e os “políticos” (Nobre, 2014; Ribeiro, 2014). Independentemente da diversidade conflitiva nas interpretações a respeito, poucas vozes discordam de que os eventos tenham se constituído fora do Estado.

Na sequência, contudo, assistiu-se a um encadeamento frenético de acontecimentos localizados ou projetados de dentro das instituições que passaram a ditar o ritmo da escalada de polarização política e social: incertezas jurídicas, atrito entre os poderes, questionamento e deslegitimação de autoridades e do próprio regime constitucional (Avritzer, 2018). Seguiu-se o sucesso político e eleitoral de uma coalizão ultraconservadora com tendências autoritárias, formada por forças internas e externas ao aparelho de Estado²; e, do ponto de vista das esquerdas ou setores progressistas, enfraquecimento e pulverização, cujos episódios do assassinato da vereadora Mariele Franco e da prisão do ex-presidente Lula conferiram contornos dramáticos.

O período foi perpassado por sensível regressão econômica, queda nos índices de emprego, aumento das desigualdades e políticas de austeridade. A dimensão distributiva da crise teve como sentido, portanto, o fortalecimento dos interesses empresariais e

¹ Ver, por exemplo, as noções de “peemedebismo” (Nobre, 2013), “presidencialismo de coalizão” (Limongi e Figueiredo, 1998) e “lulismo” (Singer, 2012).

² Ver Gallego, E. S. (2018).

financeiros, em detrimento de quem depende de salário, benefícios do governo, micro-empresendimentos ou atuação na informalidade (Singer, 2018). Ao mesmo tempo, esse fenômeno não pode ser dissociado de processos globais e estruturais que se manifestam localmente de forma particular, notadamente as consequências das dinâmicas da globalização e do neoliberalismo no mundo do trabalho e na capacidade diretiva dos Estados. Com suas particularidades, a crise brasileira compõe um fenômeno global, resultante da articulação entre transformações neoliberais, tensão e polarização política e social, e desgaste das instituições que constituem o regime liberal democrático (Comin, 2017).

O neoliberalismo é assumido aqui como um regime que se estabelece a partir da transição da exploração da força de trabalho para a extração direta e ilimitada de valor das relações sociais, por meio de dispositivos de endividamento, flexibilização dos vínculos do sujeito com as atividades produtivas e reprodutivas, financeirização, mediação virtual e informática das relações e produções de afetos. Em paralelo, a privatização e o desmonte de políticas de bem-estar e proteção social e a erosão da capacidade de projetar alternativas por parte das organizações representativas associadas historicamente às classes trabalhadoras industriais. A razão neoliberal é caracterizada pela individualização da responsabilidade pela sobrevivência, desconstrução das garantias, dos vínculos e das identidades de longo prazo e flexibilização das múltiplas atividades e relações que garantem a existência, e pela atividade predatória sobre os recursos naturais³

Ainda que as ações localizadas nos espaços da institucionalidade ou a ela subordinadas tenham retomado o protagonismo de ditar o ritmo da crise (após o primeiro ciclo de junho de 2013), não me parece adequado atribuir toda a agência política, o caráter ativo e criativo no interior do processo, às cadeias de ação e reação, conflitos e acordos, legitimações e silenciamentos/repressão da institucionalidade constitucional. Tanto as leituras que analisam o período em questão restringindo seu foco à esfera partidária e à dinâmica interna e relacional dos três poderes; quanto aquelas que reconhecem a atividade de sujeitos externos a elas, mas os colocam sob sua regência, interesses, gramáticas e objetivos; ou ainda aquelas que submetem o processo como um todo a forças externas e infalíveis; todas realizam uma operação de silenciamento e apagamento de sujeitos

³ Ver Butler (2018); Negri e Hardt (2018); Mbembe (2018); Graeber (2009); Dardot e Laval (2016).

fundamentais dos fenômenos e para a sua compreensão. Ao operarem essa exclusão, repetem no âmbito da reflexão e da análise a operação disciplinar de construção e reconstrução da ordem de Estado, centrada no permanente estabelecimento de fronteiras entre o discurso e a ação legítimos e aqueles ilegítimos; nos múltiplos processos de cisão entre a vida em comum e o poder, garantidos por meio da representação, deslegitimação ou repressão.

A crise de que se fala acomete justamente esses expedientes da ordem: a prática e a legitimidade da representação, suas instituições deliberativas, as definições de pertencimento e não-pertencimento, e a distinção entre polícia e política. Assumir a perspectiva destes sujeitos e de seus engajamentos nas margens e em tensão com a institucionalidade significa olhar da perspectiva dos sujeitos da crise para compreendê-la, ao invés de assumir a perspectiva da ordem.

Proponho analisar algumas expressões particulares do aparecimento político de sujeitos de uma vida precária, buscando identificar traços da relação entre a vida cotidiana, a dimensão da política e os sentidos da crise. Em outras palavras, pensar a crise a partir das forças, dispositivos e relações que fogem, desafiam, desestabilizam ou atuam para restaurar a ordem de Estado, precisamente nos momentos em que seu caráter absoluto é suspenso, expondo a construção e a desconstrução da ordem como relação de força entre a atividade social criativa da vida em comum e os processos de sua captura, contenção, subordinação, repressão e constitucionalização⁴.

Serão analisadas nesta reflexão as ocupações de escolas públicas realizadas por estudantes secundaristas paulistas, em 2015 e 2016; e a paralisação nacional dos caminhoneiros, ocorrida em 2018. Elas compõem uma longa lista de episódios de engajamento que desafiaram múltiplas fronteiras da ordem política ao longo desse período. Aparições imprevistas nas quais o protagonismo e a agenda apontam para além da institucionalidade, esvaziando a condição representativa da legitimidade, deslocando o “quem”, o “onde” e o “quê” que caracteriza a ação política legítima, possível e eficiente, reconstituindo no curso de sua ação o campo do político e dos sujeitos de sua atividade.

Entretanto, a polarização política e a intensidade de suas dinâmicas institucionais, transbordadas para enormes passeatas verde-e-amarelas ou vermelhas e para o apelo à

⁴ Este enfoque tem como referência as contribuições de Rancière (1996), Negri (2014), Negri e Hardt (2016; 2018) e Butler (2018).

intervenção de corporações militares ou judiciais, cria um terreno confuso quando se fala de uma política para além da institucionalidade. A referência a uma política outra que não aquela referenciada nas dinâmicas institucionais diz respeito a fenômenos de aparecimento e agenciamento políticos que escapam à gramática da institucionalidade, da soberania e da representação, aos seus canais de classificação e estabilização; e, justamente por esse não pertencimento, às colocam em crise.

O enfoque aqui proposto se distancia de interpretações⁵ que reduzem e subordinam os agenciamentos políticos extra institucionais àqueles protestos convocados por entidades ou movimentos histórica ou recentemente associados aos grandes partidos brasileiros e seus projetos de ocupação do Estado, que guardam pouca ou nenhuma tensão com as práticas, estratégias e projetos que defendem. A crise política precisa ser pensada como produto da entrada em cena por conta e métodos próprios de sujeitos “marginais” e sua recusa em sair. A ida às ruas por parte das máquinas pró e contra impeachment tem de ser pensada também como resposta e adaptação à irrupção de uma política fora das instituições, que não se reconcilia com elas. Da mesma forma, a tônica repressiva e policial da coalizão vitoriosa nas últimas eleições deve ser pensada como reação ao aparecimento imprevisto e indesejável – do ponto de vista de uma ordem neoliberal, patriarcal e racista – de sujeitos não-brancos, não-ricos, não-masculinos, não-credenciados e não-autorizados.

No entanto, fazer essa reflexão apenas com o caso da mobilização secundarista ou das novas experiências do movimento feminista ou negro, por exemplo, envolveria uma potencial confusão. Se não é correto reduzi-las e subordiná-las a um “repertório socialista” convertido em defesa do lulismo; também não cabe negar que compõe um ecossistema progressista e de esquerda, ainda que difuso e conflituoso. Contudo, a relevância e a potência política compreendidas nos traços de horizontalidade, ação direta, recusa de lideranças e representação, tensão com as instituições e entidades constitucionalmente reconhecidas, reduzida disposição para negociações e ação distribuída e enraizada no tecido social – inclusive e com particular apelo junto a sujeitos de uma vida precária e vulnerável –, *não* devem ser restringidas a um espectro de esquerda. Acolher esta confusão – com a paralisação dos caminhoneiros, por exemplo – é levar a sério a ideia de que este registro do fazer político desestabiliza e reabre as

⁵ Ver, por exemplo, Alonso (2017).

fronteiras que organizam e (des)legitimam o pertencer, o falar e o agir político; também no campo da análise.

Desde de junho de 2013, acompanhamos episódios políticos de ativismo que expressam sujeitos e relações marginalizados politicamente, e que, ao aparecerem, redefinem o político. Quem são estes sujeitos? Qual a urgência que determina seu aparecimento? O que as formas como eles aparecem dizem sobre si e sobre a institucionalidade da qual desertam? O que destroem, constroem ou contribuem para reparar? Como se relacionam com os atores que operam no interior dessa institucionalidade em crise? Como participam das aberturas democráticas ou autoritárias inscritas na crise?

A emergência dos secundaristas

Em novembro de 2015, estudantes secundaristas paulistas mobilizaram-se contra uma medida do Governo estadual, a chamada “reorganização escolar”, que previa o fechamento de 94 unidades escolares e que cada escola atendesse a apenas um dos ciclos de ensino, afetando milhares de alunos, familiares, professores e funcionários. Em reação, estudantes ocuparam mais de 200 unidades escolares assumindo a organização de sua rotina e promovendo protestos que bloquearam as principais vias da capital. Com expedientes marcados pela horizontalidade e pela recusa às vias institucionais, que surpreendiam tanto o governo conservador quanto círculos mais tradicionais da esquerda, o movimento conquistou relevante apoio na opinião pública. Os secundaristas conformaram uma mobilização massiva, com protagonismo periférico, feminino e negro. Isolado, o governador Geraldo Alckmin recua da proposta e demite o secretário de educação⁶.

⁶ Este trabalho não se propõe a reconstruir a rica e complexa experiência deste conjunto de episódios de engajamento, o que pode ser encontrado em algumas contribuições que servem de base para a presente reflexão, como “Escolas de Luta” (Campos, A. et al. 2016). Ao mesmo tempo, muitas das reflexões presentes neste texto derivam de trabalho de campo, entrevistas e acompanhamento de atividades realizadas entre 2015 e 2016, cujo registro e elaboração fazem parte de minha dissertação de mestrado “Contestando a ordem: um estudo de caso com secundaristas da zona leste paulistana” (Patta, 2017).

A última derrota tão expressiva do governo para um movimento contestatório havia ocorrido em junho de 2013, não por coincidência. Expedientes, grupos, sujeitos, acúmulo e repertório compartilhados entre a primeira fase dos protestos de 2013 e as ocupações escolares de 2015 foram destacados por observadores atentos dos dois processos (Ortellado, 2016, p. 12). Depois das jornadas de junho, integrantes do MPL intensificaram a atuação por melhorias no transporte público nas periferias; opção também assumida por uma série de militantes, pequenos grupos, coletivos e juventudes partidárias de uma esquerda mais radicalizada que o lulismo institucional, fomentando espaços como cursinhos populares nas periferias, por exemplo (Secco, 2015, 2016; Patta, 2017). Este é um elemento direto de continuidade entre junho de 2013 e a mobilização secundarista de 2015: um conjunto de relações cotidianas e artesanais, que misturam classes sociais, gerações e referências estéticas, ideológicas e organizativas.

Outro elemento de continuidade entre a primeira fase de junho de 2013 e a mobilização secundarista é a socialização política, cultural, espacial e de consumo própria da juventude periférica ao longo dos anos 2000. Segundo excelente registro e reflexão da antropóloga Teresa Caldeira (2015), a mais recente geração de jovens da periferia paulistana inverte o sentido da experiência na metrópole se comparados a seus pais. Enquanto estes buscavam a segurança da casa própria e do emprego fixo, vivendo um pêndulo entre trabalho no centro da cidade e família e descanso na periferia, em um projeto de natureza familiar, caracterizado como “projeto do trabalhador” (Feltran, 2011); os jovens dos anos 2000 socializaram-se constituindo uma subjetividade de retomada da cidade, combinando relativa integração com orgulho periférico, uma insistência em fazer-se presente no centro da cidade construída por seus pais, sem abrir mão dos signos de seu pertencimento e constituição periféricas. Entre estas duas gerações, e marcando o imaginário dos mais jovens, Caldeira situa aquela dos *sobreviventes no inferno* das mais elevadas taxas de mortalidade dos anos 1990, do genocídio da juventude pobre, periférica e preta. A experiência da geração dos anos 2000 mistura o acesso ao consumo e a parcial aceitação da cultura periférica, a melhoria da qualidade de vida e a ampliação dos horizontes de emprego e estudo; com persistentes precariedades recolocadas e reforçadas, destacando-se a violência policial, a cultura de segregação e preconceito e o preço/demora/desconforto das longas distâncias percorridas no transporte público. Os rolezinhos expressam essa subjetividade. Para Caldeira, compreender junho passa por articular transporte e violência policial no encontro entre jovens da tradicional classe

média e seus repertórios de ativismo e os jovens da então alardeada “nova classe média” e sua presença na cidade (Caldeira, 2014; 2015). Inúmeros episódios da mobilização secundarista remetem aos traços dessa subjetividade: o funk como ritmo dos atos e ocupações, a estética e a valorização de símbolos das periferias paulistanas durante os trancamentos de avenidas centrais da cidade, a permanente tensão com a polícia, entre outros.

A estas duas dimensões da continuidade entre junho de 2013 e as ocupações secundaristas, gostaria de somar uma outra que, em certo sentido, cumpre uma função prática de acoplamento das primeiras duas, relacionando contraditoriamente a mobilização destes jovens periféricos com a crise do lulismo. Resíduos de ativismo do lulismo: estruturas e oportunidades de engajamento fomentadas pelo lulismo, em franca contradição com seu caráter desmobilizador.

O lulismo, como interpretado por André Singer (2012), consistiu em uma experiência de conciliação de classes e interesses, operada no interior da institucionalidade e dispondo de seus canais, condicionada pela desmobilização de sua base social. Sugiro, no entanto, que o lulismo produziu, por linhas tortas, caminhos e estruturas mínimas para engajamentos, envolvendo jovens periféricos e ativistas muitas vezes críticos ao caráter desmobilizador. Educação e cultura talvez sejam os campos onde mais facilmente se percebe essa dimensão, na articulação entre as políticas de ampliação do acesso ao ensino superior e a proliferação de cursinhos populares, ou na expansão do fomento a projetos culturais locais, como os Pontos de Cultura (Tommasi, 2018), por exemplo. Indiretamente, o lulismo fornece alguma estrutura com alto grau de autonomia e cria condições de florescimento e de adesão a ativismos políticos nas margens de sua hegemonia, que por sua vez se chocam com o discurso do governo federal e existem em permanente tensão com seu caráter desmobilizador (Patta, 2017).

O ativismo periférico dos cursinhos populares, dos movimentos de cultura, dos movimentos negro e feminista promoveram intervenções, atividades e manutenção de espaços de encontro, participando ativamente da formação das visões de mundo de jovens ao longo do período lulista e politizando cada vez mais sua atuação a partir de 2013. Estes espaços são, muitas vezes, onde as precariedades que persistem e se renovam durante o lulismo são abordadas e elaboradas, onde se busca soluções alternativas para problemas do dia a dia e redes de apoio para superá-los; são espaços onde o discurso hegemônico da ascensão social e das oportunidades dá lugar ao reconhecimento e à crítica de uma

situação compartilhada de vulnerabilidade. Se em 2013 os sinais de insatisfação com a qualidade de vida pareciam contrariar as estatísticas, em 2015 a desaceleração e os sinais de reversão da “década de ouro” já eram um consenso. É nesse contexto que ocorrem as ocupações escolares promovidas por estudantes secundaristas periféricos.

Outra dimensão da mobilização contra o fechamento da escola diz respeito à defesa de um dos únicos espaços que estes jovens reconhecem como destinado e disponível para o sua presença e uso, em um contexto de falta de equipamentos públicos nas periferias, privatização do espaço urbano, racismo e segregação sistemáticos e transporte público caro e desconfortável para percorrer longas distâncias até outros pontos da cidade. Diante do crescente reconhecimento coletivo do fechamento do horizonte de possibilidades, o fechamento da escola soa como um alarme de emergência para defender o pouco que se tem. Mas a caracterização desta relação entre o jovem e a escola é mais complexa que a “defesa dos serviços públicos”.

Sem dúvida, bons professores, predileção ou afinidade com alguma matéria, gosto pelos estudos, grupos de amigos e a possibilidade de estudar sem ter de pagar mensalidades (o que é fundamental para jovens com poucas condições financeiras e que veem o acesso a tudo a sua volta ser mediado por um dinheiro que não tem) fazem parte do que os jovens associam à escola – neste caso, positivamente. Por outro lado, no entanto, a escola é associada a uma disciplina injustificada e imposta por agentes que não gozam de respeito ou legitimidade junto aos estudantes e, assim, recorrem sistemática e cotidianamente à repressão moral, humilhações e ameaças relacionadas ao pequeno poder da burocracia escolar. Daí que palavras como “prisão”, “tortura”, “tédio” e “ditadura” aparecem como metáforas da realidade escolar. A escola é também um dispositivo que opera, no interior de suas atividades, a classificação e a cisão entre o “trabalhador”, por um lado, e o “bandido”, por outro; excluindo os que recebem esta marcação das fronteiras do merecimento de direitos⁷. É “caso perdido”, “diploma” concedido por professores, fiscais e diretores para muitos jovens nas escolas públicas.

Em paralelo, há o reconhecimento de que os resultados da educação formal em geral e do ensino da rede pública em particular são insuficientes diante dos desafios de uma vida permeada pela competição do vestibular, emprego, status, estética e consumo em uma sociedade profundamente desigual. Assim, a escola é associada também a

⁷ Ver Feltran (2011).

lacunas, ausências, insuficiências ou mesmo entraves. A pressão emocional para que, individualmente, cada jovem avance mais que as condições parecem possibilitar (e, por vezes, até prejudicar) é grande e se traduz, por um lado, em casos de transtornos de depressão, ansiedade e pânico, episódios de conflito com agentes da burocracia escolar ou com a família e colegas; e, por outro, em evasão, ceticismo, decisão de dedicar-se somente a uma oportunidade de trabalho remunerado que eventualmente aparece (e deixar os estudos ou deixá-los em segundo plano) ou ainda aderir às operações do varejo do mercado de ilícitos. Escola pública como ela é, por um lado, e a realização material ou subjetiva no presente ou no futuro, por outro, desencontram-se na visão e na experiência de mundo de muitos adolescentes.

Mas então, por que o fizeram? Parece razoável, a partir de muitos diferentes relatos colhidos junto a estudantes que participaram dessas ações, sugerir que o movimento contra a “reorganização escolar” representa, primeiramente, um ato de sobrevivência, de urgência. Manter a escola aberta, por meio da mobilização, é manter aberto um campo de possibilidades, de relações e de ações e, conseqüentemente, de desejo por um processo alternativo de constituição de sujeitos, diferente daquele ao qual estão submetidos e em relação ao qual se batem os jovens: da competição, da individualização da responsabilidade sobre si, da segregação e da estratificação, da repressão física e moral, da performatização da violência e da ostentação por vezes como problema, outras como solução.

Em paralelo ao que a escola é do ponto de vista de suas gestões e das atividades oficiais, e da visão negativa que estudantes têm a respeito dela, a escola *também é* o espaço disponível (aberto, sem catracas, sem tarifa) para estar na cidade e para o conjunto de relações entre uns e outros que acontecem ali; isto é, a escola como estrutura que pode ser ocupada é também um campo de possibilidade para experiências de vida que escapem parcialmente à precariedade. Deste ponto de vista, o movimento dos secundaristas contra o fechamento das escolas é, ele próprio, a manifestação, a afirmação e a defesa da existência da rede que constitui esses sujeitos, de uma subjetivação que excede e desafia a ordem e a complexa articulação de dispositivos – polícia, famílias, igrejas, burocracia escolar e mundo do crime – que atuam cotidianamente na gestão e na contenção desses jovens. A escola é uma brecha que a mobilização faz manter aberta.

A ação direta e radical da ocupação acelera e traz para o presente, momentaneamente, a escola como espaço aberto ao desenvolvimento das múltiplas

potencialidades alternativas na vida desses sujeitos. Processos de conhecimento de si e dos outros – onde a fronteira entre o individual e o coletivo, o corriqueiro e o militante se borram – multiplicam-se durante as ocupações, elaborando, revelando e dando centralidade à sexualidade e etnicidade, provocando mudanças em experiências familiares, religiosas, intelectuais e políticas até ali estabilizadas⁸. Ao suspender a ordem, a ocupação coloca a necessidade de se repensar as relações sociais e a experiência particular dos sujeitos em questão. O exemplo mais forte é do questionamento e desestabilização das hierarquias de gênero no interior das ocupações⁹. O questionamento das hierarquias “para fora” implica questioná-las também para dentro, definido os contornos do movimento e reconstituindo os sujeitos de sua ação. O antropólogo Pedro Cesarino (2016) usou a noção de *communitas*, de Victor Turner, para se referir às ocupações, como “*laço provisório de fraternidade, surgido nos momentos de passagem e transformação e, por isso mesmo, oposto à normalidade da estrutura e suas dinâmicas de poder (...) a capacidade de reavaliar e reinventar a vida normal*” (p. 185). Também se pode associar o processo das ocupações à ideia de *política pré-figurativa*, isto é, a “*capacidade de forjar, no próprio processo de luta, as formas sociais a que se aspira*” (Ortellado, 2016, p. 13).

A relação destes jovens sujeitos de uma vida precária com o Estado como ele aparece e atua no cotidiano – com a polícia e a burocracia escolar – é um dos caminhos para pensar a crise política brasileira. A mobilização secundarista como esforço pela manutenção da abertura de um campo de possibilidades depõe a ordem imediatamente presente, reconfigurando o espaço político e reconstituindo os sujeitos de ação. Ao mobilizaram-se, os estudantes não simplesmente aparecem em uma cena pública determinada e delimitada pela ordem política e social; trata-se de um aparecimento que desafia a cena pública, abrindo-a, suspendendo as fronteiras que deixam estes sujeitos à margem e redesenhando-as de forma ampliada e difusa, desestabilizando e colocando em dúvida a existência de um centro. Ao desafiar, deslocar e borrar os contornos da cena pública que classificam a ação, a palavra e os sujeitos legítimos, desafia-se também o poder que o faz. Ao recusarem-se a “mandar representantes” para negociar no centro do poder, estes sujeitos que se constituem nas margens desautorizam que haja um centro que

⁸ A peça de teatro “Quando Quebra Queima” é um documento fundamental de registro, elaboração e reflexão a respeito destes processos.

⁹ Uma referência importante é o documentário “Lute como uma menina”, de Beatriz Alonso e Flávio Colombini.

reivindique o monopólio da decisão, de onde se possa falar em seu nome, isto é, desafiam a soberania.

O enfoque sobre a relação entre os estudantes secundaristas mobilizados e o Estado e seus agentes, no entanto, não pode apagar a ampla rede de outros atores envolvidos neste processo. Famílias, igrejas, pessoas e grupos que dispõem de poderes locais nas comunidades, entidades tradicionais de representação de interesses estudantis e sindicais, partidos políticos de esquerda, entre tantos outros, também são impactados e reagem – com repressão, sabotagem ou adaptação – quando estes jovens desertam à estrutura de hierarquias nas quais estão inscritos. Por outro lado, o registro político da ação direta e da política pré-figurativa provoca um *efeito de contágio* (Graeber, 2013), angariando apoios imprevistos e reprodução de táticas por outros atores. Importa sublinhar esse aspecto para pensar que o apoio que a mobilização secundarista recebeu de parte das comunidades, famílias, artistas, jornalistas e integrantes do poder judiciário, amplificam o esvaziamento da legitimidade do Estado para implementar a política. Esta tecnologia política insere, em um campo político desfigurado, um poder de veto por fora das instituições constitucionais, derivado de uma coalizão descentralizada e não-representativa; configurando uma dimensão *destituente* na mobilização.

Ao esvaziar a dimensão de consentimento que sustenta o poder, sua capacidade de convencer, a dimensão repressiva – tão conhecida por esses jovens – passa a figurar como ação por excelência do Estado. Empregar a violência, no entanto, é tarefa que envolve custos elevados quando se trata de uma mobilização que se massificou e “contagiou” o tecido social, derrubando as cisões, atravessando classes, territórios e idades. A não utilização da repressão aberta – que se materializaria no expediente da reintegração de posse –, contudo, não quer dizer ausência de repressão. Sem consentimento, com sua legitimidade contestada e esvaziada, a repressão e a sabotagem veladas se tornam o modo de sobrevivência da ordem e de seus agentes, dentro e fora da estrutura de Estado. A perseguição que se seguiu à onda de ocupações o mostra com clareza. A reação revela o caráter repressivo e o aumento das estratégias de controle, isolamento e deslegitimação que a ordem assume diante da irrupção destes sujeitos imprevistos e não-autorizados. Neste quesito, o caso de maior evidência é, certamente, a infiltração do capitão do exército Willian Pina Botelho em grupos de Facebook e

WhatsApp de ativistas, que teve como resultado a prisão de 18 estudantes *antes* de um protesto contra o governo de Michel Temer, em 2016¹⁰.

O que o processo de mobilização secundarista produziu? É recorrente encontrarmos análises que questionam a relevância destes movimentos em função dos legados que (não) deixam. No caso das ocupações escolares, por exemplo, a vitória foi parcial, uma vez que a “reorganização escolar” foi adiada e não suspensa, com o governo não recuando de seus objetivos. Secundaristas denunciam, já desde 2016, o fechamento de salas de aula e períodos de funcionamento das escolas, além da precarização da rede pública de ensino em diversas dimensões, em paralelo a uma intensa perseguição de jovens que participaram do movimento. Seria o caso de atestar, então, o fracasso da mobilização?

O objetivo não é defender ou julgar a mobilização desses sujeitos, mas sim escutá-los e pensar com eles. Acompanhando os desdobramentos desse processo, além do recuo do governo, é de fundamental importância reconhecer como legado: as redes de sociabilidade entre os próprios estudantes e com outros sujeitos e grupos; os processos de subjetivação que constituíram e definem a vida desses sujeitos a partir dali; e a legitimação da presença e da agência política desses sujeitos, sua capacidade de redesenhar o campo político, isto é, sua insistente recusa à invisibilização e seu impacto nas fronteiras de legitimidade e autoridade políticas. Tratam-se de campos e linhas de sobrevivência através das quais estes sujeitos seguem vivendo experiências de subjetivação e relações sociais que convivem em tensão com a ordem de Estado e de mercado, fugas dos regimes de regulação social ancorados na competição, na desvalorização da vida de jovens periféricos, na representação que desloca o poder para longe dos sujeitos e o desresponsabiliza em relação a eles, na responsabilização individual pela sobrevivência, na privatização do acesso e dos espaços. A partir das ocupações escolares, proliferaram-se cursinhos comunitários, grupos de teatro, coletivos feministas, redes de solidariedade, dispositivos de produção e difusão de discursos que afirmam e reivindicam os modos de vida experimentados nestes processos. Na esteira do caráter pré-figurativo, a criação e manutenção destes espaços e relações configura a dimensão *constituente* da mobilização.

¹⁰ <https://www.brasildefato.com.br/2016/10/31/em-sao-paulo-reintegracoes-e-perseguiacao-a-estudantes-freiam-ocupacoes/>

Tanto a experiência das ocupações em si, como também estes espaços podem ser pensados como contrapoderes, na perspectiva oferecida por Hardt e Negri (2018). Articulados, eles figuram como uma alternativa presente e parcial de organização e sustentação da produção e da reprodução da vida em alternativa aos regimes público e privado de propriedade. O contrapoder é o poder *não soberano* (idem, p. 338). Desse modo, o legado desta mobilização também pode ser pensado como a constituição de uma rede de contrapoderes, oferecendo uma linha de fuga para a regulação neoliberal e soberana sobre a vida destes sujeitos.

A emergência dos caminhoneiros

Em maio de 2018, o Brasil assistiu a mais uma revolta. Durante dez dias, caminhoneiros fizeram centenas de bloqueios por todo o território nacional, suspendendo o abastecimento e as rotinas em todas as regiões, envolvendo e abalando os três poderes no nível federal e governadores estaduais, assim como o exército. Concretamente, a reivindicação dos caminhoneiros mirava o preço do óleo diesel e sua política de reajuste, a remuneração do frete, o preço dos pedágios, entre outras medidas que visavam desafogar a difícil situação financeira de sujeitos que vivem uma vida dura e respondem por uma atividade imprescindível para todo o país. No entanto, a paralisação acabava por atingir diretamente a política de preços da Petrobrás, reorientada por Michel Temer e Pedro Parente, na contramão da amplamente criticada política de subsídios de Dilma Rousseff. A partir de 2016, o preço dos combustíveis para o consumidor brasileiro passava a oscilar de acordo com o preço internacional do petróleo e do dólar; chegando a ter reajustes diários.

Os acontecimentos seguiram criando, hora após hora, novas dúvidas e polêmicas, envolvendo mais esferas, temas e grupos sociais. A paralisação dos caminhoneiros enraizou-se, rapidamente, em todo o tecido social; contraditoriamente paralisando e movimentando o país todo. Greve ou Locaute? Esquerda ou direita? Os caminhoneiros defendem um golpe militar? O movimento apoia Jair Bolsonaro? As paralisações tinham motivação “política”? São questões importantes. Mais uma vez, no entanto, a forma do

movimento tornava quase impossível respondê-las. Um movimento organizado principalmente por grupos de *WhastApp*, com uma série de líderes autoproclamados e recorrentemente desautorizados pela “base”, associações que fechavam acordos com o governo e não eram atendidas pelos caminhoneiros, sinais cruzados de conservadorismo e ataque a política e governo conservadores. Durante dez dias o Brasil viu sua normalidade suspensa e a confusão completa de suas elites políticas.

Mais uma vez, reascendendo a memória de um já mais distante junho de 2013, a força responsável pelo fenômeno era um sujeito não anunciado, não previsto, indesejável pelas elites do poder político e econômico, assustador e surpreendentemente atraente para grupos sociais diversos que passavam, pouco a pouco, a se solidarizar com aquela “bagunça”, como motoristas de aplicativo, motoboys, taxistas, populações de zonas semi rurais e de cidades pequenas próximas às estradas. Diferentemente de “mosaico” (Alonso, 2017) e “classes e ideologias cruzadas” (Singer, 2018) no caso de junho de 2013, ou da “primavera” “autonomista” e/ou “de esquerda”, no caso dos secundaristas e das marchas feministas de 2015; no caso dos caminhoneiros, discutiu-se se o movimento era obra deles próprios ou orquestrado por seus patrões, se apenas não tinha traços ideológicos muito definidos ou se era na verdade um movimento mais homogeneamente conservador, que viria a eleger Jair Bolsonaro.

Trazer a paralisação dos caminhoneiros de 2018 para esta reflexão significa reconhecer a complexidade do campo de possibilidades de agenciamento político protagonizado por sujeitos de uma vida precária, que irrompem na cena pública sem serem convidados, desestabilizando suas fronteiras, as autoridades que as estabelecem e (re)instaurando a crise como consequência de sua emergência. Para fazer esta reflexão, é preciso recorrer às práticas cotidianas e corporificadas, identificar na vulnerabilidade e na articulação pela sobrevivência desses sujeitos a potência de seu aparecimento.

A discussão sobre a natureza da paralisação – greve ou locaute – expôs questões importantes sobre a categoria: a flexibilidade; a diferença entre caminhoneiros autônomos e contratados por transportadoras, autônomos donos de caminhão e aqueles que trabalham para algum proprietário de caminhão, grandes empresários e caminhoneiros que possuem mais de um caminhão e empregam alguém; a presença de agenciadores de cargas que cobram uma comissão pelo agendamento. Em suma, uma realidade de grande fracionamento de condições. O julgamento a respeito do caráter trabalhista ou patronal – mecanicamente traduzido em esquerda e direita, pela condição de propriedade e trabalho

ou pela orientação ideológica e eleitoral dos indivíduos desse grupo – passa, assim, a ser uma operação difícil e que tende a encobrir arbitrariamente realidades parciais que compuseram a mobilização.

Em geral, os caminhoneiros passam longos períodos longe de casa, cumprem jornadas exaustivas de trabalho dirigindo, possuem baixa escolaridade e estão muito expostos a violência nas estradas. Parcela considerável apresenta problemas de alcoolismo e pouco cuidado com a saúde; o uso de anfetaminas, o “rebite”, é uma realidade entre profissionais de cuja vida depende dirigir dezenas de horas a fio e manter-se acordado (Riberti e Rebelo, 2018; Comin, 2018).

Importa destacar o caráter ainda mais precário e vulnerável da vida dos caminhoneiros autônomos, que, não por acaso, foram os que protagonizaram a paralisação de maio de 2018 e nela imprimiram suas características. Por sua própria conta, muitas vezes, ele recebe para levar uma carga e tem que arcar com o custo do retorno, caso não consiga agendar outro frete. Diferentemente daqueles contratados por transportadoras, não há ninguém responsável pela otimização de seu trabalho. Pagar para trabalhar é um risco sempre presente. As características da paralisação de 2018 estão diretamente ligadas a essa realidade: os custos do trabalho (manutenção, combustível e pedágio); a centralidade do WhatsApp; e o caráter distribuído da ação de uma categoria cujos regimes de pertencimento, seja ao quadro de funcionários de uma determinada empresa seja a um sindicato, são bastante frágeis – a recorrente confusão e desautorização de líderes seguem a mesma lógica. Assim como ocorreu com os secundaristas no Estado de São Paulo, também os caminhoneiros estão enraizados pelo país, o que faz com que as estruturas da atividade cotidiana (como estradas e pontos de parada) sirvam de estrutura para o fortalecimento da mobilização, fazendo do seu aparecimento político um fenômeno incontornável.

Pesquisa da Confederação Nacional dos Transportes destaca a baixa autoestima como traço marcante da categoria. Sobre a imagem que julgavam ter perante a opinião pública, as respostas mais frequentes dos caminhoneiros foram: “*irresponsáveis*’, *imprudentes*’, *usuários de drogas*’ e *‘pessoas sem instrução*’” (Comin, 2018). O motorista “Cachorrão”, em entrevista ao programa Conexão Repórter (SBT), confirma: “*O que o povo brasileiro via do caminhoneiro era isso, de um bandido, um drogado. Ele não vê o dia a dia de um caminhoneiro. O que passa na estrada... o dia que pega um*

acidente e passa quatro ou cinco horas parado no mesmo lugar. Os assaltos que tem. Ninguém vê isso aí”.

A mobilização, no entanto, é um momento de valorização de si e da sua atividade. É o que diz o caminhoneiro Roberto: *“Concordo [com a greve]. Porque tudo isso que ta acontecendo aqui depende dessa greve. Tudo depende disso aqui. Eu, você, o Temer e qualquer um deles depende disso aqui. Então ta começando a faltar... faltou gasolina ali, ta faltando as coisas. Mas e aí, como é que nós vamos comer?”*. Cachorrão vai no mesmo sentido: *“Se nós não abastecer o Brasil, você viu né? O Brasil para né”*. Ao falar em como estavam se alimentando nos bloqueios, Roberto reconhece também o apoio que o movimento recebe e exalta o *know how* da categoria: *“Aqui em Pinda é muito bom, tem uns que nos fornecem marmitta... Mas no caminhão eu tenho cozinha. Nós já estamos prevenidos pra isso. Às vezes você já fica parado uns dois ou três dias, entendeu? Então a gente é acostumado já a isso, entendeu? A gente sabe do frio, a gente sabe do calor. A gente sabe de tudo”*. O engajamento apresenta, desta forma, uma dimensão de reconstituição da subjetividade, em que o a ação direta e o aparecimento acabam por cumprir um poder de resgate da autoestima¹¹.

A mobilização dos caminhoneiros conseguiu a demissão de Pedro Parente e o anúncio de uma série de compromissos do governo, incluindo a redução do preço do óleo diesel. No entanto, assim como no caso da luta contra o aumento da tarifa em 2013 e dos secundaristas em 2015, a vitória é questionável: o diesel voltaria a subir, os compromissos do governo esbarrariam em negociações e regulamentações. Contudo, também é possível identificar alguns legados neste caso: os processos de subjetivação, o acúmulo de capacidade de mobilização, as redes de comunicação, apoio e solidariedade e o reconhecimento público da relevância desses corpos, das condições precárias e da legitimidade da reivindicação, e o fantasma de uma nova paralisação.

As linhas que ligam o engajamento ao dia a dia são aquelas que traduzem a recuperação da autoestima em descoberta e reconhecimento de sua capacidade de luta, e a ação direta coletiva em recusa à miséria e ao endividamento. Assim como os secundaristas, os caminhoneiros desfiguraram o campo da política, exercendo um poder destituente através de uma política não representativa, cuja força deriva de uma ampla

¹¹ Entrevista do caminhoneiro “Cachorrão” em <https://www.youtube.com/watch?v=8mKM4OCiSzw>; entrevista do caminhoneiro Roberto Cláudio Martins em <https://www.youtube.com/watch?v=UJpgnzXEZ6o>.

coalizão descentralizada e enraizada no tecido social. Estradas, postos de gasolina e grupos de WhastApp passam a constituir uma rede de contrapoderes; a possibilidade permanente de uma nova mobilização participa da definição da política de preços dos combustíveis, em um cabo de guerra com as forças organizadas globalmente em torno das finanças. O ativismo dos caminhoneiros pode ser visto, dessa forma, como um movimento que busca retomar os meios de sua atividade produtiva e reprodutiva, por meio da ativação das redes de dependência que ligam cada um a todos os outros e eles aos demais grupos sociais.

Não é possível, contudo, desviar das linhas que ligam este agenciamento político à chamada onda conservadora. As análises mais instigantes sobre este episódio têm relativizado a relação, questionando o quão representativas eram as faixas pedindo intervenção militar, e quais os múltiplos sentidos na ideia difusa de “intervenção” (Comin, 2018; Pinheiro-Machado, 2018). No entanto, é fundamental reconhecer a existência desse traço e refletir a respeito.

A mobilização dos caminhoneiros pode ser compreendida como uma experiência multitudinária de reapropriação do *comum* (meios de produção e reprodução da vida) frente à articulação imperial entre as elites financeiras e estatais. Fugindo ao maniqueísmo, é preciso compreender esta experiência como uma relação de força, permeada por contradições. É neste ponto que Hardt e Negri (2016) sugerem a possibilidade de lidarmos com a corrupção dos comuns: “*devemos lembrar que a família, a corporação e a nação de fato mobilizam o comum, ainda que em forma corrompido, e portanto fornecem importantes fontes para o êxodo da multidão. Todas essas instituições apresentam redes de cooperação produtiva, recursos de riqueza abertamente acessíveis e circuitos de comunicação que simultaneamente abrem o apetite pelo comum e o frustram*” (idem, p. 188).

As formas corrompidas do comum são aquelas que, contraditoriamente, abrem e fecham o acesso às condições de produção e reprodução da vida e das relações sociais, buscando acesso e valorização ao mesmo tempo em que reforçam processos de subordinação e exclusão, delimitados pela identidade: trabalhadores em oposição à “bandidos”, brasileiros de verdade em oposição à falsos brasileiros (“comunistas”), pais de família sobre o resto. A identidade (nacional) e a racialização da (condição de merecimento da) propriedade são, precisamente, os pilares dos movimentos sociais de direita, como os mesmos autores sugerem em contribuição mais recente (Hardt e Negri,

2018). A reunificação do povo – em oposição aos outros, inclusive no interior dos territórios nacionais – é a resposta da ordem ao aprofundamento da precariedade das vidas e do esvaziamento da capacidade de representação e legitimação da regulação social sob o neoliberalismo (idem, p. 67-75).

Outro traço recorrente nas observações a respeito da categoria destaca a predominância masculina e sua constante exposição à violência nas estradas. Estes elementos são mobilizados discursivamente na promessa de resgatar uma idealizada autoridade do pai de família trabalhador, em oposição à criminalidade e à desvalorização do homem comum, abandonado e prejudicado pelos defensores dos direitos humanos e das minorias (Comin, 2018; Pinheiro-Machado, 2018). Diferentemente do que se verifica a partir da experiência da mobilização secundarista, em que a reação da ordem à deserção criativa é o aumento e a qualificação da repressão, visando recompor a autoridade; no caso da mobilização dos caminhoneiros, os agentes da ordem atuam no sentido da cooptação, por meio da projeção de merecimentos e sacrifícios nacionais em direção à categoria e, ao mesmo tempo, da operação discursiva que a diferencia e isola de outras experiências de vida precária e seus ativismos, valorizando-a na mesma medida em que desvaloriza as demais.

Conclusão

Este trabalho procurou identificar linhas que atravessam a crise brasileira assumindo como perspectiva os agenciamentos políticos que se dão nas margens da ordem, desafiando-a e desfigurando-a, destituindo sua autoridade e legitimidade e constituindo experiências políticas que escapam às dinâmicas soberanas e representativas. Essa perspectiva permite identificar momentos de desconstrução, superação e reconstrução da ordem, por meio da deserção, da construção de espaços e redes de ação e subjetivação, da repressão e da cooptação.

A ordem de que se fala neste trabalho é a do neoliberalismo e da dualidade liberal da representação e da soberania; e são delas também a crise em curso. A regulação neoliberal da valorização capitalista consiste, principalmente, na extração constante,

direta e ilimitada de valor do conjunto das relações sociais e das condições de sobrevivência, garantia e realização da vida e de suas potencialidades. Aí estão compreendidos os dispositivos de endividamento, de privatização, de mediação financeira generalizada do acesso, do empreendimento e da ultra responsabilização individual sobre si, e da predação de recursos naturais. A precarização das condições de vida dos sujeitos que vivem imersos no encadeamento destes dispositivos tende à impossibilidade de garantia da própria vida, à desvalorização completa do corpo e do desejo. No contexto da globalização neoliberal, o regime liberal democrático, por sua vez, vê reduzida sua capacidade de ação e legitimação, esgarçando a relação entre soberania e representação.

A emergência política de sujeitos precários – como procurei sugerir a partir das mobilizações de secundaristas e de caminhoneiros – é o fenômeno que permite seguir as linhas complexas desta crise, pois é a potência de sua recusa em viver a permanente desvalorização da vida que a desencadeia. A emergência implicada nestas revoltas expõe a oposição entre a vida e a ordem; expõe a fratura entre duas democracias: uma vivida enquanto modo de produção e reprodução da existência coletiva e uma constitucionalizada enquanto regime de regulação social e estabilização de uma situação social que tende ao insuportável. Por um lado, estes fenômenos produzem novos fazeres políticos, dotados de uma potência democrática ilimitada. Por outro, a repressão e a cooptação destas aberturas democráticas e constituintes, e de novas dinâmicas de existência definem os contornos de uma recomposição autoritária do poder e da ordem.

Bibliografia:

ALONSO, Angela. A política das ruas: protestos em São Paulo de Dilma a Temer. *Novos Estudos*, São Paulo, n. ju 2017, p. 49-58, 2017.

AVRITZER, Leonardo. “O Pêndulo da Democracia no Brasil: uma análise da crise 2013-2018”. *Novos Estudos – Cebrap*, v. 37, n.2, pp. 273-289. 2018.

BUTLER, Judith. *Corpos em aliança e a política das ruas: notas sobre uma teoria performativa da assembleia*. São Paulo: Ed. Civilização Brasileira. 2018.

CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. Qual a novidade dos rolezinhos? espaço público, desigualdade e mudança em São Paulo. *Novos estud. - CEBRAP*, São Paulo, n. 98, p. 13-20, 03/2014.

_____, Teresa Pires do Rio. Social Movements, Cultural Production, and Protests :São Paulo’s Shifting Political Landscape. In: *Current Anthropology Volume 56, Supplement 11*, 10/2015.

CAMPOS, Antonia J. M.; MEDEIROS, Jonas; RIBEIRO, M. M. *Escolas de Luta*. São Paulo: Ed: Veneta. 2016.

CESARINO, Pedro. Aprender com as crianças/Negociar com os homens. In: *Grupo Contrafilé (Org.). A Batalha do Vivo*. São Paulo. 2016. p. 182-189.

COMIN, Álvaro. “O Futuro não é mais o que costumava ser”. *Novos Estudos – Cebrap*, especial, pp. 59-70. 2017.

_____, Álvaro. A greve dos caminhoneiros e o grande paradoxo de Arlie Hochschild. Disponível em: <http://novosestudos.uol.com.br/a-greve-dos-caminhoneiros-e-o-grande-paradoxo-de-arlie-hochschild/> . Acessado em: 22/04/2019.

DARDOT, Pierre e LAVAL, Christian. *A nova razão do mundo*. São Paulo: Ed. Boitempo. 2016.

FELTRAN, Gabriel. Transformações sociais e políticas nas periferias de São Paulo. In: KOWARICK, Lúcio e MARQUES, Eduardo (orgs.). *São Paulo: Novos percursos e atores – Sociedade, cultura e política*. São Paulo: Ed. 34. 2011.

GALLEGO, Esther Solano (org.). O ódio como política: a reinvenção das direitas no Brasil. São Paulo: Ed. Boitempo. 2018.

GRAEBER, David. Direct Action: na ethnography. Oakland, CA.: AK Press. 2009.

_____, David. Um projeto de democracia. São Paulo: Ed. Paz e Terra. 2013.

HARDT, Michael e NEGRI, Antonio. Assembly: a organização multitudinária do comum. São Paulo: Ed. Politéia. 2018. MBEMBE, Achille. Crítica da razão negra. São Paulo: Ed. N-1. 2018.

_____, Michael e _____, Antonio. Bem-estar comum. Rio de Janeiro: Ed. Record. 2016.

LIMONGI, Fernando; FIGUEIREDO, Argelina. Bases institucionais do presidencialismo de coalizão. Lua Nova, São Paulo, n. 44, p. 81-106, 1998.

MBEMBE, Achille. Crítica da razão negra. São Paulo: Ed. N-1. 2018

NEGRI, Antonio. O Poder Constituinte. São Paulo: Ed. Lamparina. 2014

NOBRE, Marcos. Choque de Democracia: Razões da Revolta. São Paulo: Companhia das Letras. 2014.

ORTELLADO, Pablo. Prefácio: A primeira flor de junho. In: CAMPOS, Antonia J. M.; MEDEIROS, Jonas; RIBEIRO, M. M. Escolas de Luta. São Paulo: Ed: Veneta. 2016. p. 12-16.

PATTA, Caetano. Contestando a ordem: um estudo de caso com secundaristas da Zona Leste Paulistana. 2017. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.

PINHEIRO-MACHADO. “Nós só vamos parar quando o Temer cair: uma tarde com os caminhoneiros”. Disponível em: <http://rosanapinheimachado.com.br/pt/nos-so-vamos-parar-quando-o-temer-cair-um-relato-de-uma-tarde-supreendente-com-os-caminhoneiros/> . Acessado em: 22/04/2019.

RANCIÈRE, Jacques. O Desentendimento. São Paulo: Ed. 34. 1996.

RIBEIRO, Renato Janine. “O Brasil e a democracia de protesto”. Matrizes. pp. 91-117. 2014.

RIBERTI, Larrisa e REBELO, Francine. Caminhoneiros/as: conhecendo a categoria para além da greve (06/2018). Portal Entranhas. Entrevista concedida a Camila Betoni. Disponível em: <https://www.entranhas.org/caminhoneiros-as-conhecendo-a-categoria-para-alem-da-greve-uma-entrevista-com-larissa-riberti-e-francine-rebelo/> . Acesso em: 22/04/2019

SECCO, Lincoln. O trabalho de base (03/2015). Disponível em: <https://blogdaboitempo.com.br/2015/04/03/o-trabalho-de-base/>. Acessado em 22/04/2019.

_____, Lincoln. Secundaristas. (05/2016). Disponível em: <https://blogdaboitempo.com.br/2016/05/24/secundaristas/>. Acessado em: 22/04/2019.

SINGER, André. O lulismo em crise: um quebra-cabeça do período Dilma (2011-2016). São Paulo: Ed. Companhia das Letras. 2018.

_____, André. Os sentidos do lulismo: reforma gradual e pacto conservador. São Paulo: Ed. Companhia das Letras. 2012.

TOMMASI, Lívia D. Empreendedorismo e ativismo cultural nas periferias brasileiras. In: H-ermes. Journal of Communication. 13 (2018), 167-196.
